

O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO EM UMA FEIRA PERMANENTE NA CIDADE DE CURITIBA-PARANÁ

Marcos Antônio Silvério ¹

Marcia Maria Fernandes de Oliveira ²

Sueli Pereira Donato ³

José Aquino Junior ⁴

Ademir Pinhelli Mendes ⁵

RESUMO

A presente pesquisa, teve como objetivo analisar o processo de construção da ocupação do território de uma Feira Permanente na cidade de Curitiba. O enfoque foi a partir da abordagem qualitativa, por meio de questionário aos feirantes. Os resultados revelaram que, atualmente com 50 membros, esses sujeitos aprenderam sobre autogestão, democracia, cooperação, solidariedade, descobrindo assim o potencial emancipatório e criativo. O estudo permitiu demonstrar que a ocupação e conquista por um território no espaço urbano de Curitiba foi um componente de lutas dos feirantes sob os processos de educação não formal e formal, vinculados aos princípios econômicos solidários.

PALAVRAS-CHAVE: Feira Permanente; Ocupação do território; Educação não formal; Espaço urbano.

THE PROCESS OF TERRITORIAL OCCUPATION IN A PERMANENT FAIR IN THE CITY OF CURITIBA, PARANÁ

ABSTRACT

This research aimed to analyze the process of territorial occupation by a Permanent Fair in the city of Curitiba. The study employed a qualitative approach, using a questionnaire administered to the stallholders. The results revealed that, currently composed of 50 members, these individuals developed knowledge in self-management, democracy, cooperation, and solidarity, thus discovering their emancipatory and creative potential. The study demonstrated that the occupation and establishment of a territory within Curitiba's urban space was part of the stallholders' struggles, shaped by both formal and non-formal education processes, and aligned with the principles of the solidarity economy.

KEYWORDS: Permanent Fair; Territorial Occupation; Non-formal Education; Urban Space.

LE PROCESSUS D'OCCUPATION DU TERRITOIRE DANS UNE FOIRE PERMANENTE DANS LA VILLE DE CURITIBA- PARANÁ

¹ Mestre em Educação e Novas Tecnologias. Professor da Universidade Tecnológica Federal do Paraná; profmsilverio@gmail.com

² Doutora em Geografia. Pesquisadora da Fundação Araucária - Paraná; profamfoliveira@gmail.com

³ Doutora em Educação. Professora da Universidade Tuiuti do Paraná; sueli.donato@gmail.com

⁴ Doutor em Geografia. Professor da Universidade Federal do Maranhão; aquino.jose@ufma.br

⁵ Doutor em Educação. Professor do Colégio Estadual do Paraná; pinhellimendes@gmail.com

RÉSUMÉ

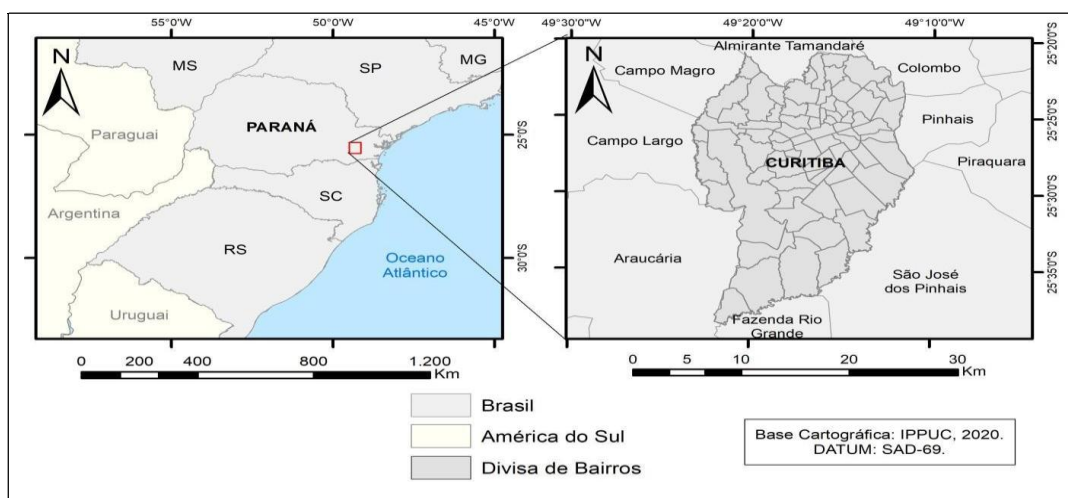
La présente recherche visait à analyser le processus de construction de l'occupation du territoire d'une Foire Permanente dans la ville de Curitiba. L'accent a été mis sur une approche qualitative, à travers un questionnaire envoyé aux vendeurs du marché. Les résultats ont révélé qu'actuellement avec 50 membres, ces sujets ont appris l'autogestion, la démocratie, la coopération, la solidarité, découvrant ainsi leur potentiel émancipateur et créatif. L'étude a démontré que l'occupation et la conquête d'un territoire dans l'espace urbain de Curitiba étaient une composante des luttes des vendeurs du marché dans le cadre des processus d'éducation non formelle et formelle, liés aux principes de l'économie solidaire.

MOTS CLÉS: Feira permanente; Occupation du territoire; Éducation non formelle; Espace urbain.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa analisou o processo de construção da ocupação do território de uma Feira Permanente na cidade de Curitiba, capital do Estado do Paraná, região sul do Brasil (Figura 1), e abordou temas relacionados ao “espaço, ocupação, território/feiras e educação”.

Figura 1 - Mapa da localização do Município de Curitiba/Paraná



Organização: Thiago Kich Fogaça, 2020.

A motivação primeira para esta pesquisa ocorreu a partir da aproximação e participação na Incubadora de Economia Solidária da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (TECSOL), onde um dos empreendimentos assistidos é uma Feira Permanente.

Dentro do levantamento de compreensão de como se estabeleceu o processo de construção da ocupação do território na Feira, colocou se em pauta a necessidade de análise da ocupação do espaço com foco no processo de territorialização da feira; da compreensão

de saberes e práticas formais e informais que ocorrem na Feira Permanente, ou seja, dado as circunstâncias de entender como se organizaram na conquista do território, quais foram os processos?

Diante deste cenário e a relevância dessas discussões, destaca-se como objetivo geral analisar o processo de construção da ocupação do território de uma Feira Permanente na cidade de Curitiba, e teve os seguintes objetivos específicos:

- analisar a ocupação do espaço com foco no processo de territorialização da feira;
- compreender os saberes e práticas formais e informais que ocorrem na Feira Permanente;
- conhecer o reflexo da pandemia (Covid-19) na vida dos feirantes.

Segundo Gomes, Busato e Fernandes de Oliveira (2020) a população mundial foi surpreendida com as notícias no final de 2019 e sobretudo, início do ano de 2020 com uma doença respiratória causada por um novo coronavírus, que passou a ser chamada de Covid-19, configurada como pandemia.

A relevância do estudo paira em demonstrar que a ocupação e conquista por um território no espaço urbano de Curitiba foi um componente de lutas dos feirantes, pois estes, excluídos da dinâmica econômica, sobretudo quanto atuação governamental que deixa lacunas no planejamento e na sistematização socioeconômica, foram contra as políticas de Governo, de forma a conquistar gradualmente seu espaço.

Sendo assim, dado essas circunstâncias, fez-se necessário uma pesquisa que elucidasse as relações sociais de empoderamento dos feirantes, de forma não só a compreender, esses fenômenos relacionados à conquista dos espaços urbanos, como a formação de uma identidade com o território e sua posição na estrutura socioeconômica.

Esta pesquisa é do tipo bibliográfica, empírica de cunho geográfico respaldada nos pressupostos de Milton Santos (1991/1997) e outros autores.

OCUPAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

O espaço-solo e de suporte expressam a realidade exterior formada e transformada por flutuações físicas, ecológicas e biológicas, fornecendo os recursos indispensáveis à vida dos seres humanos. Esta realidade exterior é do mesmo modo espaço onde se localizam os suportes para a produção, consumo e gestão. As vias de comunicação e as trocas aproximam atores e moldam a natureza e superam a extensão imposta pelo espaço, conforme o capital

técnico/tecnológico de cada período. O espaço também é signo, e constrói identidades sociais. Portanto, o espaço existe como representação de atores sociais e, ao mesmo tempo, revela estes atores que agiram e transformaram o espaço (SANTOS; ELIAS, 2008).

O espaço é transformado pela organização social, técnica e econômica, por aqueles que habitaram ou habitam os diferentes lugares, ou seja, o próprio espaço geográfico. Portanto, compreender o espaço geográfico é estabelecer as diferentes formas que o sujeito apresenta em seu cotidiano político, econômico; social e cultural. No entanto, para obter essa compreensão de maneira significativa é indispensável vivenciar o espaço geográfico, buscando realizar reflexões acerca do mesmo.

Neste contexto, Santos (2004) apresenta definição abrangente acerca do espaço:

Espaço vem a ser um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente. Isto é, o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções. O espaço é, então, um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual. Daí porque a evolução espacial não se faz de forma idêntica em todos os lugares (SANTOS, 2004, p. 153).

De fato, o espaço é marcado por contradições, ou seja, ele é vivido de diferentes formas em qualquer lugar, construído por meio das relações sociais coexistentes. As diferenças existentes entre um espaço (área) podem ser apontadas pelas intervenções da natureza ou também pelas intervenções ocorridas no passado, além daquilo que vem ocorrendo no presente e, por certo, pelas interações dos homens entre si e com o meio. Além disso, é preciso considerar os fatos, as posições geográficas, a dinâmica social e cultural, os envolvimento e interesses econômicos, políticos e administrativos (MARTINS, 1996). Dentre essas desigualdades estão inseridas as influências externas capazes de promover alterações no modo de vida das pessoas e da sociedade como um todo (MARTINS, 1996; SILVA, 2014a).

A sociedade é responsável pelas transformações do espaço. Deste modo, Corrêa (2004) argumenta que de tempos em tempos, aparecem diferentes espaços em uma mesma configuração territorial, confirmando que o espaço urbano é o produto da formação social em diferentes momentos de seu desenvolvimento, um reflexo e do mesmo modo um condicionamento dessa sociedade.

A ideia de território surge do entendimento formado pela ação de atores sociais que

ocupam um espaço determinado, nomeado e identificado na forma de identidade individual e social, com históricos familiares e profissionais. O desenvolvimento territorial faz “referência a um espaço geográfico que não é dado, mas construído” (JEAN, 2010, p. 51), além da história, por uma cultura e por redessociais que desenham suas fronteiras (GRIMM; SAMPAIO; PROCOPICK, 2018).

Haesbaert (2006) apresenta a seguinte contribuição:

Somos levados, mais uma vez, a buscar superar a dicotomia material/ideal, o território envolvendo, ao mesmo tempo, a dimensão espacial concreta das relações sociais e o conjunto de representações sobre o espaço ou “o imaginário geográfico” que também move essas relações (HAESBAERT, 2006, p. 45).

A definição de território abrange a ideia de patrimônio sociocultural e a necessidade de mobilização dos recursos e competências, por meio da atribuição de responsabilidades sociais, geralmente via processos participativos. A compreensão de território passa pelo senso de identidade, isto é, não se imagina um sujeito sem primeiro, identifica-lo com seu território. Deste modo, a identidade sociocultural individual está arraigada aos atributos do espaço concreto (SOUZA, 2002).

TERRITORIALIDADE E FEIRA

No Brasil, oficialmente as feiras surgiram em 1910, por meio de uma intervenção do poder público, como esforço de aproximar consumidores e produtores/feirantes, minimizando as irregularidades no fornecimento de gêneros alimentícios, que eram adquiridos diariamente, contribuindo para o desenvolvimento das feiras e também das cidades (ALMEIDA, 2009).

A feira livre no Brasil constitui modalidade de mercado varejista ao ar livre, acontecendo semanalmente, organizada como serviço de utilidade pública pela municipalidade e voltada para a distribuição local de gêneros alimentícios e produtos básicos. A feira está presente em grande parte das cidades brasileiras, principalmente naquelas com população superior a 300 mil habitantes. Desempenham ainda nos dias atuais papel relativamente importante no abastecimento urbano, apesar das políticas públicas adversas que tiveram de enfrentar nos últimos 30 anos (MASCARENHAS; DOLZANI, 2008).

Atualmente em inúmeras cidades brasileiras, as feiras são o principal local de comércio da população, especialmente no Nordeste, onde se constitui “em um tipo particular

de mercado periódico” (CORRÊA, 2001, p. 113). De acordo com este autor, os mercados periódicos são um dos modos de organização da rede de localidades centrais em países subdesenvolvidos, conceitua-os como sendo:

[...] aqueles núcleos de povoamento, pequenos, via de regra, que periodicamente se transformam em localidades centrais [...]. Fora dos períodos de intenso movimento comercial, esses núcleos voltam a ser pacatos núcleos rurais, com a maior parte da população engajada em atividades primárias (CORRÊA, 2001, p. 50).

Uma característica peculiar das feiras livres é a utilização de um espaço que é alterado com a sua realização e que, após, volta a adequação original, havendo, portanto, a necessidade de produzir, semanalmente, um espaço onde as trocas possam ser realizadas. Através da observação sistemática da dinâmica dessas feiras identifica-se uma forte carga de subjetividade que atua como elemento de coesão e que, contribui, fortemente, para a formação de uma identidade comum entre aqueles que as frequentam: feirantes e fregueses (ALMEIDA, 2009).

Com o passar do tempo, a feira tem se tornado uma atividade econômica e social relevante para a vida de uma boa parcela da população brasileira, no entanto para grande parte, as dificuldades para incorporação de inovações as têm colocado em contínua desvantagem para acompanhar a evolução dos grandes canais de circulação (super e hipermercados). Assim como dos serviços prestados por outros locais de comercialização (SATO, 2007). As feiras livres, como apontam Almeida (2009) contam com particularidades que as tornam um espaço de comercialização atrativo aos consumidores, por oferecerem produtos de maneira praticamente artesanal e em pequena quantidade, além disso por oferecerem laços de toda a natureza, tais como, relações de afetividade e confiança entre vendedores e compradores.

O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO DAS FEIRAS

O processo de territorialização das feiras –, modalidades populares de comércio – baseou-se em aspectos do modelo colonial: traçado aparentemente irregular, passagens estreitas, poucos espaços amplos, resultando numa trama congestionada e ruidosa de comércio, num território marcado pela luta cotidiana pela sobrevivência. As feiras semanais de caráter intraurbano (de âmbito praticamente restrito ao bairro) são denominadas em todo o Brasil de feiras livres (ALMEIDA, 2009).

Para Raffestin a territorialidade aparece:

Como constituída de relações mediatizadas, simétricas ou dissimétricas com a exterioridade. [...] ela se inscreve no quadro da produção, da troca e do consumo das coisas. [...] Tessituras, nodosidades e redes criam vizinhanças, acessos, convergências, mas também disjunções, rupturas e distanciamentos que os indivíduos e grupos devem assumir (RAFFESTIN, 1993, p. 161).

Inúmeros espaços podem contribuir para uma teoria da relação com o saber, através de uma abordagem que considere os sujeitos –, sua interação com seus pares, sua fala e a atuação construídas em uma história que os articule à família, à sociedade, enfim, à espécie humana – comprometidos em um espaço no qual ocupam uma posição e onde se inscrevem em relações sociais (CHARLOT, 2000).

A compreensão que se tem da feira é de um espaço para atendimento das necessidades de feirantes e compradores por vender e comprar produtos. Ou seja, espaço aonde acontece as trocas sociais. Deste modo, é possível identificar na feira, gestos engendrados por sujeitos sociais que almejam formas específicas de lidar com a realidade e de organizar-se social e economicamente, respeitando espaços individuais e consolidando as trocas sociais de mercado que lá acontecem.

Para Andrade (1995) o conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar, estando muito ligado à concepção de domínio ou de gestão de uma determinada área. Deste modo, o território no qual está circunscrita a feira, pode ser compreendido como o controle administrativo, político, econômico, efetivo daquele espaço onde está localizada a feira.

O autor citado acima relaciona ao conceito de território a expressão territorialidade:

Pode vir a ser encarada tanto como o que se encontra no território, estando sujeita à sua gestão, como, ao mesmo tempo, o processo subjetivo de conscientização da população de fazer parte de um território, de integrar-se em um Estado [...]. A formação de um território dá às pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, provocando o sentido da territorialidade que, de forma subjetiva, cria uma consciência de confraternização entre elas (ANDRADE, 1995, p. 20).

Neste sentido, território constitui-se em fonte de recursos, meios materiais de existência e a territorialidade por sua vez, incorpora elos com o ambiente onde se vive e trabalha.

Nesse universo, as feiras engajam-se como espaços de mobilidades onde, por meio das diversificadas atividades, levanta-se uma rede educativa, de sociabilidades e culturas, experimentada pelos sujeitos sociais no campo dos territórios construídos. Conforme

Almeida (2009, p. 36) “esses sujeitos evocam uma multiplicidade de educações, territorialidades e sociabilidades ao apropriarem-sematerial e simbolicamente dos espaços”.

As feiras livres urbanas, como experiências em curso, podem ser identificadas como arranjos socioprodutivos que têm seus fundamentos, na forma de organização que ajuda a superar as barreiras de crescimento e assume os mais variados tamanhos, particularmente de pequenas e médias empresas CROCCO *et. al.*, 2003; GRIMM; SAMPAIO; PROCOPICK, 2018. O arranjo socioprodutivo cria condições para uma interação cooperativa.

EDUCAÇÃO FORMAL, EDUCAÇÃO INFORMAL E EDUCAÇÃO NÃO FORMAL

Existem basicamente dois tipos de educação: a formal e a não formal. Além dessas duas formas de educar, facilmente reconhecidas por suas características bem distintas e definidas, existem outras formas de transmissão cultural procedentes do avanço contínuo da civilização. A educação não-formal é um termo indissociável da educação formal, mesmo sendo distinta é de suma importância esclarecer tais distinções. Dentre os autores que vêm refletindo sobre a temática, destacam-se: Gadotti (2005); Libâneo (2005); Brandão (2007); Gohn (2008); Gaspar (2014); Freire (1981; 2000; 2014).

Educação formal

A educação formal é regida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394 de 1996, pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e pelas Propostas Pedagógicas dos Estados e/ou cidades. A estrutura curricular, a duração das aulas, a carga horária de cada disciplina e as disciplinas ofertadas em cada ano escolar são planejadas com objetivos a serem alcançados.

O direito à educação é reconhecido e consagrado na legislação de quase todos os países e, particularmente, pela Convenção dos Direitos da Infância das Nações Unidas (particularmente os artigos 28 e 29). Um outro exemplo é o Estatuto da Criança e do Adolescente do Brasil (GADOTTI, 2005). Negar o acesso a esse direito é negar o acesso aos direitos humanos fundamentais. É um direito de cidadania, sempre proclamado como prioridade, mas nem sempre cumprido e garantido na prática (GADOTTI, 2005).

A educação formal tem objetivos específicos e é representada especialmente pelas

escolas e universidades:

A educação formal depende de uma diretriz educacional centralizada como o currículo, com estruturas hierárquicas e burocráticas, determinadas em nível nacional, com órgãos fiscalizadores dos ministérios da educação. Já a educação informal é mais difusa, menos hierárquica e menos burocrática. Os programas não precisam necessariamente seguir um sistema sequencial e hierárquico de “progressão”. Podem ter duração variável, e podem, ou não, conceder certificados de aprendizagem (GADOTTI, 2005, p. 2)

É possível descrever a educação formal como aquela que acontece nos espaços escolares mediante a participação do professor e que tem os objetivos relativos ao ensino e a aprendizagem de conteúdos regimentados por leis.

Educação informal e não formal

A educação informal é reconhecida como a espontânea, onde o sujeito concebe em seu processo de socialização com a família, amigos, em seu bairro, etc.

Referente a distinção de educação não formal em relação à educação informal, Gohn (2008) traz o seguinte esclarecimento:

A educação transmitida pelos pais na família no convívio com amigos, clubes, teatros, leitura de jornais, livros, revistas, etc., são considerados temas de educação informal. O que diferencia a educação não-formal da informal é que na primeira existe a intencionalidade de dados sujeitos em criar ou buscar determinadas qualidades e/ou objetivos. A educação informal decorre de processos espontâneos ou naturais, ainda que seja carregado de valores e representações, como é o caso da educação familiar (GOHN, 2008, p. 99-100).

A educação informal pode ser definida como toda atividade educacional realizada fora do sistema formal para oferecer tipos selecionados de ensino a determinadas parcelas da população.

Conforme Libâneo (2020) o caráter não intencional e não institucionalizado da educação informal não a torna menos importante na conformação de hábitos, capacidades e faculdades de pensar e agir do homem, a ênfase que muitos educadores têm dado e essa modalidade de educação tem contribuído, sobretudo para a compreensão da totalidade dos processos educativos, para além da dualidade docente-discente. Para o referido autor a educação informal ultrapassa as modalidades de educação formal e não-formal. Na educação não formal, não existe lugar, horários ou currículos.

A educação ajuda transformar o mundo, que se torna a se transformar, porquanto esse processo não finaliza. Tal processo poderá levar ao desenvolvimento de um espírito

crítico fundamental para se evitar novas formas de opressão, ou seja, a educação é um instrumento que serve para diminuir as injustiças sociais (FREIRE, 2000).

Deste modo, a educação é um processo inerente à formação do sujeito, ou seja, não é a escola o seu único espaço de aprender e nem é o professor o único sujeito a ensiná-lo.

Nesta perspectiva, portanto, no território em que as feiras estão inseridas, aprender torna-se uma atividade humana de engajamento e, nesta mesma direção, abrange processos e movimentos particulares, porquanto são desenvolvidos por sujeitos, suas histórias e trajetórias, estruturados por relações sociais, envolvendo, tanto o passado como presente e futuro (CHARLOT, 2001).

Pode-se considerar, que a educação informal / não informal, faz-se presente nas práticas das feiras livres, a partir de que que estes trabalhadores e trabalhadoras, na luta cotidiana por melhores condições de vida, constroem e reconstróem saberes (LUCENA e; CRUZ, 2011; SILVA, 2014b; SOUZA, 2015) e, neste sentido, são processos educativos produzidos em suas experiências culturais sociais, no convívio que estabelecem com o outro (feirantes e fregueses), com o mundo da vida e no mundo do trabalho como ensinam autores como: Brandão (2007) e Freire (1981; 2000; 2014).

NOS CAMINHOS DA PESQUISA...

De acordo com Santos (1991, p. 77) "o espaço é a totalidade verdadeira, porque dinâmica, resultado da geografização da sociedade sobre a configuração territorial". E explicita, Santos (1997) ao afirmar que o espaço constitui uma realidade objetiva, um produto social em permanente processo de transformação. O espaço impõe sua própria realidade; por isso a sociedade não pode operar fora dele, cumpre apreender sua relação com a sociedade, pois é esta que dita a compreensão dos efeitos dos processos (tempo e mudança) e especifica as noções de forma, função e estrutura, elementos fundamentais para a compreensão da produção do espaço). Sempre que a sociedade (a totalidade social) sofre uma mudança, as formas ou objetos geográficos (tanto os novos como os velhos) assumem novas funções; a totalidade da mutação cria uma nova organização espacial.

A perspectiva metodológica adotada para o desenvolvimento aqui proposto tem um enfoque qualitativo. Segundo Minayo (2001, p. 21), esta abordagem investigativa, aplica-se

nos casos em que se busca identificar o grau de conhecimento, as opiniões, seus costumes, comportamentos.

A pesquisa qualitativa nas ciências sociais volta-se para o universo designificados, crenças e cultura, correspondendo a um espaço mais intenso das relações, dos processos e dos fenômenos, nesse sentido, a pesquisa qualitativa possibilita compreender e analisar o processo de construção da ocupação do território de uma Feira Permanente na cidade de Curitiba/PR.

Locus da pesquisa

A presente pesquisa foi desenvolvida em uma Feira Permanente de Economia Popular Solidária (AFEPEPSP) localizada na cidade de Curitiba/PR. (Figura2).

Figura 2 - Feira Permanente



Fonte: Acervo TECSOL (2018).

O bairro onde se localiza a Feira Permanente situa-se na zona Oeste da cidade de Curitiba com uma população de 40.735 pessoas, ocupa uma área de 5,69 km². O referido bairro, abriga um enorme centro comercial.

Sujeitos da pesquisa

Fez parte desta pesquisa oito feirantes da Feira Permanente de Economia Popular Solidária (AFEPEPSP), dos gêneros masculino e feminino, maiores de 18 anos, residentes de Curitiba e Região Metropolitana.

A seguir apresenta-se o perfil dos participantes (Quadro 1), que foram identificados pela letra F com os números de 1 a 8, visando a preservação de suas identidades.

Quadro 1 – Perfil dos feirantes

Nome	Idade	Gênero	Escolaridade	Tempo de feira
F1	45	Feminino	Ensino Fundamental	2 a 5 anos
F2	61	Feminino	Curso Superior	2 a 5 anos
F3		Feminino	Ensino Fundamental	10 a 15 anos
F4	75	Feminino	Curso Superior	10 a 15 anos
F5	59	Feminino	Curso Superior	5 a 10 anos
F6	48	Feminino	Ensino Fundamental	5 a 10 anos
F7	51	Feminino	Ensino Fundamental	5 a 10 anos
F8	51	Masculino	Ensino Fundamental	Entre 2 a 5 anos

Organização: Silvério, (2020).

No que se refere ao levantamento e agrupamento de feirantes por faixa etária (Quadro 1), destaca-se que a idade mínima apresentada foi de 45 anos. A idade máxima chegou aos 75 anos. Verificou-se que o grupo de feirantes é composto, majoritariamente, por mulheres adultas que elegeram a feira para a realização de suas atividades profissionais. Verificou-se ainda que 5 feirantes cursaram o ensino fundamental e 3 feirantes chegaram a concluir o ensino superior. Quanto ao tempo de atuação (Quadro 1), como feirantes, oscilou entre 2 e 15 anos. Como se constata a Feira Permanente em sua maioria é composta por mulheres.

Os instrumentos de coleta de dados

Foi aplicado um questionário com perguntas fechadas e abertas, na primeira semana de outubro de 2020, composto por 9 questões que trouxe percepções dos feirantes sobre o processo de construção da ocupação do território da Feira Permanente. Pois desta forma, foi possível não só compreender esses fenômenos relacionados à conquista dos espaços urbanos, como a formação de uma identidade com o território e sua posição na estrutura socioeconômica. O questionário foi enviado por *e-mail* ao responsável das barracas. Lembrando que primeiramente, foi realizado um contato via celular, com explicações pertinentes a pesquisa, onde foi esclarecido às dúvidas das participantes. Para tanto, foram observadas a proteção da participante da pesquisa conforme Normas e Diretrizes Brasileiras

que ordenam as pesquisas envolvendo seres humanos, Resoluções nº 466/12 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) conforme Apêndice B que foi assinado por cada participante. E o Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) consta com o registro nº. 38341320.0.0000.5573.

Processo de análise dos dados

A análise do questionário foi realizada com inspiração nas técnicas de análise de conteúdo proposta por Bardin (2016), que tem um caráter, sobretudo qualitativo, embora possase utilizar de parâmetros estatísticos para apoiar as interpretações dos fenômenos da comunicação. Nesse contexto, sinaliza-se uma técnica que envolve analisar a comunicação de maneira sistemática.

Nesta pesquisa foram utilizados três categorizações, posterior ao recolhimento de dados:

- I) Perfil das feirantes;
- II) Processo de construção da ocupação do território das feirantes;
- III) Processos desenvolvidos na educação não formal com os feirantes;

A interpretação dos resultados, teve alicerce sobretudo em Santos (1991) e (1997) e Bardin (2016).

O QUE A PESQUISA NOS TROUXE...

O questionário foi analisado em três categorias, conforme os três objetivos específicos delineados, compreender a ocupação do espaço com foco no processo de territorialização da feira; compreender os saberes e práticas formais e informais que ocorrem na Feira Permanente; e conhecer o reflexo da pandemia (Covid-19) na vida das feirantes.

Primeiramente, apresenta-se as narrativas sobre o início no espaço da Feira Permanente, a narrativa da feirante F4 é rica em detalhes, sobre a iniciação da feira Permanente:

Iniciamos a feira em 2010 no Bairro Novo, no espaço da paróquia Profeta Elias, com cerca de 20 barracas com igual EES⁶ que produziam uma diversidade de produtos artesanais, alimentos e panificação. Por volta de 2012 a feira permanente fez uma tentativa de se instalar no Sítio Cercado, mais especificamente na paróquia São José das Famílias, no Parigoht de Souza. A comercialização continuou muito fraca e então procuramos uma praça para nos instalarmos. Tentamos a Secretaria do Trabalho e Ação Social, mas não conseguimos. Então, num ato de ousadia profética, decidimos em agosto de 2015, ocupar o calçadão ao lado do MUMA. Lá estamos até hoje (F4).

Inicialmente em 2010 as feirantes se reuniam na regional Bairro Novo, no espaço da paróquia Profeta Elias, onde ofertavam produtos artesanais, alimentos e panificação. No ano de 2012 a Feira Permanente instalou-se em outro bairro na mesma regional da cidade, mas não obteve o retorno esperado. Então, em agosto de 2015, a Feira Permanente, instalou-se no local onde permanece até os dias atuais. Conta atualmente com 50 membros. Sendo a quarta-feira e o sábado os dias de exposição.

As próximas narrativas, referem-se como eles se inseriram como feirantes, uma vez que eles não compreenderam que era para contar como a feira iniciou, mesmo assim, o contexto se mostra profícuo:

No início uma aventura. Não sabia ao certo o que era ou representava de fato uma feira. Estava sendo apresentada ao um novo modelo de comercialização e de trabalho solidário (F2).

O início foi cheio de incertezas, medo e muito trabalho. E acima de tudo fé e esperança do verbo esperar (F7).

Foi questionado às feirantes se elas obtiveram algum apoio, auxílio? Quem ajudou? Seguem os depoimentos:

Recebamos a poio da CEFURIA e da TECSOL (F2).

A CEFURIA nos ajudou e bastante (F3).

A feira permanente, sempre teve apoio irrestrito, desde sua criação, da CEFURIA, e TECSOL bem como o apoio da Paróquia Profeta Elias (Bairro Novo), Paróquia São José das Famílias(Sítio Cercado), Fundo Luterano de Diaconia, Fundo Diocesano de Solidariedade, Instituto Marista, Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos Bancários de Curitiba e Região, entre outros que não cito aqui, [...] contribuíram e contribuem para a identidade desse organismo que hoje é respaldado juridicamente por uma Associação Própria (F4).

Recebemos ajuda da CEFURIA com as barracas e da TECSOL e dos Sindicato dos bancários (como carinho) (F5).

Desde o início a feira permanente teve apoio do CEFURIA, a TECSOL até os dias de hoje (F7).

Como revelado nesses depoimentos, as feirantes reconhecem o importante apoio do Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo (CEFURIA) bem como da Incubadora de Economia Solidária (TECSOL).

A pesquisa buscou saber quais são as vantagens e desvantagens atribuídas a Feira Permanente, as respostas estão descritas a seguir:

Agora a chuva não é um problema. Anteriormente a feira acontecia nos pátios da Igreja no Sítio Cercado. E funcionava mais como encontro do que propriamente feira. Já que tinha o projeto Petrobrás que bancava a mesma. As vantagens de agora é que aprendemos a buscar o nosso próprio sustento e os projetos nos ajudam apenas para os equipamentos. As desvantagens, é que ainda não aprendemos ou conseguimos nos sustentar por completo. Ainda dependemos de um projeto para bancar melhorias (F1).

As tradicionais feiras têm se modernizado, transformando-se em locais atraentes para feirantes e fregueses, especialmente aqueles que os frequentam habitualmente. Segundo De Certeau, et. al. (1996) os feirantes têm se direcionado para a organização do ambiente, a higiene e a limpeza de seus espaços de trabalho, deixando de ser apenas vendedores para formalizar as trocas que se efetivam nesses espaços.

A feira de agora tem visibilidade ampla no público do bairro. Mas sempre insuficiente. Bairros vizinhos ainda não sabem que a Feira existe. E, internamente, a maioria das trabalhadoras da economia solidária [...] não tem um plano de marketing, de publicidade, de propaganda, de comunicação. A gente, da alimentação agroecológica, faz mais marketing dentro do grupo de cestas agroecológicas, em 2 anos, do que a existência inteira da feira, por conta que atingimos muito mais público consumidor. No entanto, ao trazer pessoas novas para buscar as cestas em seu espaço territorial (ponto de busca na feira permanente) são poucas as trabalhadoras que cativam os potenciais novos consumidores para também visitarem suas barracas. Essa persuasão ou sensibilização para o belo, para o necessário, para outra área do conhecimento que a alimentação ainda é desafio da maioria dos pares de empreendimentos (F3).

[...] agora conquistamos o espaço com as documentações necessárias para permanecer lá (somos uma associação dona Lourdes fez o meio campo e o CEFURIA nos ajudou com as barracas (F4).

Tendo em vista, as falas apresentadas acima, desafios ainda existem na Feira Permanente. Entretanto, elas evidenciam concepções de vida, de trabalho, de tessituras sociais, que confirmam a solidariedade e a responsabilidade individual e coletiva, a transparência nas relações, o estabelecimento da confiança, a iniciativa pessoal, e dedicação ao trabalho (KLIKSBERG, 2001).

Também foi solicitado às feirantes que descrevessem os pontos positivos da feira:

De positivo eu cito a legalização do espaço, com a ajuda da ECOSOL e destaco o fato da feira estar próxima de dois shoppings (F1).

Como pontos positivos, eu diria: - Conhecer e praticar coletivamente e ECOSOL; - Vivenciar os princípios da Economia Solidária; - Praticar comercialização solidária, - Aumentar a renda e viver com dignidade. - Fortalecer a ECOSOL como contraponto ao capitalismo. (F2).

O ponto positivo: o trabalho em grupo. o autoconhecimento. Ainda ser um complemento de renda, e não a renda total. (F3).

Vejo como ponto positivo a geração de trabalho, renda, formações, aprender e também a compartilhar com o coletivo o que aprendemos. (F6)

No relato das feirantes F1, F2, F3, e F6, ficam evidenciadas a importância dos princípios da ECOSOL, que contribuíram de forma significativa para a formação e conquista do território cujo objetivo tem como finalidade um pensar voltado para o coletivo, pela procura de uma melhor qualidade de vida e pela própria conquista de geração de trabalho e renda.

A importância da autogestão foi destacada pela F4, e a F7 enfatizou a troca de informações geradas no espaço da feira:

[...] Excelente espaço de vivência do conceito de autogestão(F4). Além disso, geração de trabalho, renda, formações, aprender e também a compartilhar com o coletivo o que aprendemos. Aprender que temos valores a dar valor, saber que temos um lugar nesse mundo e saber que somos capazes de promover algo tão grande como geração de renda e trabalhodigno. (F4)

Temos um espaço de convivência onde recebemos todos a participaremde oficinas e rodas de conversa sobre assuntos diversos, a ideia é compartilhar informações (F7).

Cabe aqui destacar a concepção de autogestão defendida por Gadotti (2009), ou seja, para a autogestão ser eficaz, é necessário que as pessoas envolvidas no processo possam desenvolver a gestão colaborativa, a qual envolve processos organizativos e produtivos, além dos processos de formação e informação.

Quanto as questões negativas, em relaçãoa feira, estão elencados:

Em contrapartida, a feira ainda não tem o movimento de pessoas circulandopara se sustentar (F5).

Cito como negativo o fato de ainda não alcançarmos a sustentabilidade, ouseja, não conseguimos viver com a renda mensal da feira. (F6).

No entanto como ponto negativo, a feira ainda não proporciona renda para termos uma vida econômica mais tranquila [...] (F8).

No entanto como pontos negativos, percebo o descompasso de formaçãoentre as integrantes dos empreendimentos, [...] (F4).

Os pontos negativos são vários como apontam os feirantes, porém o mais destacado

refere-se ao sustento econômico, seguindo do descompasso de formação entre alguns integrantes da feira como afirma a feirante F4.

A identidade baseada em valores que divergem dos valores do capital foi apontada como fator negativo pela feirante F2.

No que se refere a pontos negativos, eu citaria: Dificuldade em romper com a cultura capitalista do ter, do ser mais que os outros, da exploração do trabalho e da acumulação. Desafio de irromper com endeusamento do dinheiro, da irresponsabilidade em manter o respeito e cuidado com o meio ambiente; Desconstruir a cultura da exploração e dominação do trabalho (F2).

Foi questionado sobre as dificuldades enfrentadas na conquista do espaço da Feira:

O medo de não conseguir a documentação para legalizar, pois quando nos ocupamos o espaço o principal receio era nos retirarem (F1).

O medo de não estar regular, o medo, de pessoas nos ameaçando, o receio quando o fiscal dos ambulantes, apareciam (F5).

O medo das incertezas do dia a dia. Estar ocupando um espaço sem autorização e sem documentos. Conviver com o tráfico de droga [...], medo dos ambulantes (F6).

Observa-se que o termo “medo” está presente em três narrativas (F1; F5; F6). A principal dificuldade enfrentada pelos feirantes esteve diretamente relacionada as questões legais (Alvará). Segundo Santos e Castro (2015, p.10) nas feiras, em meio “a trocas de favores e mercadorias, mesmo na teoria da reciprocidade, feirantes têm medo de possíveis violências, muitas vezes também são omitidas ou alegam ter medo de represálias se algo as escapar”.

Rolnik (1997, p. 13) ressalta que “a legislação constitui o conjunto de leis, decretos e normas urbanísticas e de construção que regulam a produção do espaço da cidade”. É fato incontestável que o Estado ainda se comporta como o agente regulador legal, visto ser de sua responsabilidade a elaboração de leis, normas e posturas que regulamentam o uso e a ocupação do espaço urbano.

[...] Com auxílio da ECOSOL, TECSOL, e a CEFURIA [...] conseguimos o Alvará (F1) (F2). (F3); (F4); (F5); (F6); (F7) e (F8).

Com a participação da TECSOL e CEFURIA às feirantes conseguiram a legalização para ocuparem o espaço, como revelaram as narrativas. Estas organizações auxiliaram na regularização da Feira Permanente na Prefeitura do Município de Curitiba-PR, obtendo a formalização da ocupação em um território no espaço público da cidade pela obtenção do alvará de funcionamento, conquistado pela formalização de uma Associação, a Associação

da Feira Permanente de Economia Popular e Solidária.

Uma feirante ressaltou que um dos entraves para a organização da Feira Permanente foi a pouca escolaridade de alguns membros:

Uma dificuldade refere-se a pouca escolaridade e já em idade avançada; - Devido os produtos ofertados na feira ser a maioria artesanatos, a comercialização era bem reduzida. [...] (F3).

De acordo com Sales, Rezende e Sette, (2011, p. 3) apesar de tantos predicativos competitivos, o crescimento e desenvolvimento das feiras ainda é limitado pela carência de conhecimento, informação e recursos dos feirantes.

Na sequência tem-se respostas dos feirantes sobre a compreensão de espaço:

A conquista deste espaço nos mostra que podemos sim ter um espaço público para comercialização e que temos direito. Esta conquista traz a alegria de que somos fortes e tudo que se iniciou na Paróquia Profeta Elias obteve evolução, éramos pequenos e agora somos maiores. O amor pelo espaço se dá pela luta, hoje não precisamos ter medo, pois somos legalizados. (F1).

É muito importante para divulgar a Economia Solidária, para nos manter unidos na construção coletiva da feira permanente e potencializar a comercialização e gerar renda (F3).

Para a feirante F1, o espaço é conquistado pela luta, a feirante F3 aponta para a importância da educação diferenciada proposta pela ECOSOL, que prioriza o coletivo, muito diferente da tradicional. A F4 e F5 relaciona o espaço conquistado a “emancipação” da mulher e sua conquista na inserção no mercado de trabalho:

[...] O espaço de encontro entre mulheres, em sua maioria, de trocas, afinidades, confidências, partilhas de vida, superação da invisibilidade (por conta dos parentes e ou familiares [...]) A emancipação e o espaço político feminino de poder é algo que vejo com muito carinho. A maioria das vagas da direção da Associação feira permanente é garantida e mantida por mulheres. E o aprendizado é constante, evidente, cotidiano, dialético. Superar a lógica de mando do patrão sobre as empregadas é algo que consome tempo, neurônio e esforço. (F4).

O espaço proporcionou a valorização e emancipação das mulheres [...] local de trabalho, local também de formação e vendas, me sinto valorizada (F5).

A partir de um olhar voltado para o passado, o que se observa é uma exclusão das mulheres no espaço urbano, sobretudo, com baixa escolaridade. O “lugar” delas se deu na maioria das vezes dentro de casa, cuidando dos filhos ou da família, do lar, e por muitas vezes cuidando de outros lares e filhos. Atualmente as mulheres vem conquistando seu espaço, como bem relatou a F4 “Superar a lógica de mando do patrão sobre as empregadas [...]”. O

movimento das mulheres e suas diferentes trajetórias de lutas – ganharam espaço no meio urbano. Atualmente, as mulheres com pouca escolaridade não precisam necessariamente ser domésticas, elas podem ter seu próprio negócio, como por exemplo, ser feirante. Para a F5 o espaço da feira desmistificou e desconstruiu paradigmas, visto que agora ela sente-se emancipada e também valorizada: “*O espaço proporcionou a valorização e emancipação das mulheres*”.

Seguem outras definições:

Um local de trabalho e renda - dignidade (F6).

Este espaço da feira tem uma importância muito grande para todos seus artesãos, para nossa sobrevivência, resistência e acima de tudo valoroso movimento de economia solidária. (F7).

Nossa liberdade de expressão, mesmo que haja conflitos [...], ainda representa nossa total fonte de renda. (F2).

Os significados de feira atribuídos pelas F6, F7 e F2 estão relacionados ao sustento ou fonte de renda. Compreender os espaços geográficos em suas diferenças é primordial. Isso porque o espaço é transformado pela organização social, técnica e econômica pelos sujeitos que habitaram ou habitam os diferentes lugares, ou seja, o próprio espaço geográfico.

Na concepção de Santos (2004, p. 153) espaço vem a ser um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente.

Sobre a compreensão acerca dos saberes e práticas formais e informais construídos no espaço da Feira Permanente, as entrevistadas (F2; F4 e F5) relataram um pouco sobre o que aprenderam trabalhando na feira vendendo artesanato:

Nestes 10 anos da feira permanente sempre aprendemos muito por ser um processo coletivo construído de forma auto gerenciada seguindo a metodologia freiriana. Então, mais aprendi que contribui na organização da feira permanente. (F4).

Uma de minhas mais belas conquistas e experiências é ter aprendido, na prática, o que é autogestão. Para mim o ato rotineiro de montagem de barracas e os procedimentos metódicos e sincronizados, sem os quais a obra não se concretiza, é o mais puro e simples curso intensivo de autogestão. (F5).

[...] aprendi os princípios, da economia solidária adaptando-me a autogestão, e o mais importante foi ser acolhida pelos (as) companheiros (as). [...]

Percebe-se nas falas a relação entre o saber formal e a prática, pois as feirantes acentuam com clareza que seu trabalho na feira possibilitou adquirir conhecimentos sobre

autogestão e ações autogestionária e sua aplicabilidade com exercício constante de uma democracia participativa, isso facilitou exercer suas atividades sempre com ações de pensar e agir no coletivo. Portanto, os saberes adquiridos pelas feirantes surgem de suas vivências do dia a dia, e esses conhecimentos produzidos partem de ações úteis da realidade delas.

A seguir apresenta-se outras narrativas, onde as feirantes (F2); (F5) (F4);(F6) e (F7) reconhecem a importância de conviver com as diferenças:

Aprendi a conviver com as diferenças. E que nem sempre é possível fazer valer a minha opinião. [...] prestar atenção no coletivo. Aprendi que deve prevalecer a melhor ideia (F2).

A maioria de nossas artesãs, porque hegemonicamente são elas as protagonistas do exercício feirante, vem de ambientes religiosos. A oração do Pai Nosso, por exemplo é uma sistemática invocação a um SANTO OU santa católicos(as) faz-se presente nas manhãs de cada feira. Um pouco estranho para meus hábitos coletivos num espaço comercial, como é a feira. Mas perfeitamente compreensível como um modus operandi daquele grupo, que, como educador popular que sou compreendo e significo como uma Cultura Organizacional construída por aquele grupo, constituído previamente ao meu recém-chegado tempo (F5). Aprendi aqui na feira a ter esperança, resistir e reinventar (F6).

Aprendi no convívio com os feirantes a ter paciência, dividir e o melhor a somar. Correr atrás do que se quer realmente, e que a as conquistas sóvem através de muita luta e acima de tudo união amor e muito respeito (F7).

O Conviver, não quero dizer que é ato simples, sem tensões, sem emoções afloradas, caras-feias e até ódio, de acordo com o humor que cada um(a) está cultivando naquela data específica. (F5).

Percebe-se nas falas das feirantes que o espaço da feira proporciona o aprender de regras de convivência e de comportamento: “aprendi a ter paciência” “aprendi a resistir”, “cara de ódio”. Observa-se que a relação estabelecida dentro da feira fortalece os laços afetivos e colabora nas relações sociais entre os sujeitos.

Devido a este fato acima mencionado, a pesquisa buscou conhecer o reflexo da pandemia (Covid-19) na vida das feirantes.

Tivemos que deixar de ter feira, o trabalho ficou parado (F1).

Esta Pandemia nos pegou de surpresa, como a todo mundo. Estávamos justamente trabalhando para que nossos produtos, assim como a Feira tivesse uma visão maior. Enfim o isolamento chegou e de início ficamos meio que como barata tonta. Aos poucos e com o apoio da TECSOL começamos a nos provocar por meio de campanha na página da Feira no Facebook, @assfeirapermanente e a ajuda está vindo através de formação. Como esta que estamos fazendo no momento sobre comunicação. Outra dificuldade é conseguir manter o contato com as diversas

peçoas e grupos. Alguns preferiram se isolar. trabalhar mais só. Mais com paciência acho que estamos trazendo para o convívio praticamente todos (F2).

Apoio tivemos da TECSOL, acho que ajudou para o dia das mães, pais e dos namorados foi feito on line para vendas na internet, foi o pessoal que fez, mas eu não participei das vendas pela internet, mas foi minha escolha. Dificuldade de vender os produtos a gente não pode ir para a feira não tem um lugar fixo para vender, aí tem que ser pela internet e eu tenho dificuldades de mexer com a internet o pessoal da feira vende (F3).

Neste período de pandemia, tivemos de nos reinventar, aprender com nossas dificuldades como ofertar e comercializar nossos produtos através de redes sociais. Aos poucos recuperamos um pouco de nossa autoestima (F4).

Nosso apoio quanto a troca de local foi zero, por parte de qualquer instituição ou seguimento. Já por parte dos consumidores 100 % favorável. E tende a permanecer, a tal ponto que se tivermos que retornar ao antigo local haverá resistências e até desistências (F5).

Nós estamos sempre na luta então a pandemia é mais uma luta onde ajudamos uns aos outros. Nos meios de comunicação virtual é difícil a maioria de nós já tem a idade avançada e tudo é novidade(F6).

Sem trabalho, sem renda. Feira em redes sociais não tem retorno, tem apoio, mas não tem milagre (F7).

As circunstâncias evidenciadas pelas feirantes denotam uma preocupação de não estarem exercendo suas atividades corriqueiras na comercialização de seus produtos na Feira Permanente como relataram as feirantes F2, F1.

Este processo apresentou algumas dificuldades decorrentes da falta de acesso e habilidades das feirantes no uso das tecnologias de comunicação como relata a feirante F2, F3, F4 e F6. E para o F7, as vendas *on-line* não funcionam, mas a argumentação da feirante pode estar atrelada a dificuldade de lidar com as novas tecnologias.

Devido as dificuldades apresentadas, foi desenvolvida uma ação de formação de extensão universitária que contemplasse o maior número possível de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). Sendo o mais relevante o Curso de Extensão Universitária de Comunicação Popular para Empreendimentos Econômicos Solidários da Rede Mandala tendo como proponente – TECSOL - ligada ao Departamento Acadêmico de Estudos Sociais (DAESO) e ao Programa de Pós-graduação em Tecnologia e Sociedade (PPGTE), como o objetivo de capacitar os/as trabalhadores/as da Rede Mandala com ferramentas de comunicação, com carga horária total do curso – 80 horas/aula, Metodologia EAD.

Os cursos de formação que poderia ajudar a vencer as circunstâncias negativas decorrentes do isolamento social não alcançou todos os feirantes como relata a feirante F6: “*Nos meios de comunicação virtual é difícil a maioria de nós já tem a idade avançada e tudo é novidade(F6)*”.

Dentre todos os feirantes, o F8, não enfrentou dificuldades para comercial seus produtos, como demonstra seu depoimento:

Nosso empreendimento (Sinergia) não teve qualquer impacto negativo, frente a COVID. Pelo contrário, a pandemia nos fez ampliar nossa chegada a outras pessoas que não consumiam nossos produtos no espaço anterior da feira permanente. Ao sermos forçados a trocar o local de entrega e sediarmos na Secretaria de Educação do Paraná a atenção aos consumidores, mostramos, a nós mesmos, que nosso público nos acompanha. Física e virtualmente. (F8).

O comércio de Curitiba reabriu, pelo menos oficialmente de acordo com a Associação Comercial do Paraná (ACP), dia 17, de abril de 2020, depois de quase um mês fechado por conta da pandemia do Covid-19.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como objetivo geral analisar o processo de construção da ocupação do território de uma Feira Permanente na cidade de Curitiba, evidenciou-se, por meio da pesquisa que alguns feirantes quando começaram a participar da feira não tinham conhecimento das características inerentes a essa modalidade de empreendimento social, mas foram se aperfeiçoando e adquiriram conhecimento sobre autogestão, democracia, cooperação e solidariedade, e assim foram se emancipando. Os feirantes reconhecem a importância dos princípios adquiridos da ECOSOL, e o apoio da TECSOL e CEFÚRIA como instituições orientadoras e que contribuíram para a formação e conquista do território. Sendo os princípios de economia solidária os elementos norteadores que deram uma unicidade ao grupo da Feira Permanente para que a ocupação legal do território fosse conquistada. Este empoderamento aponta a importância da ação social em rede e articulada. Essa articulação em rede tem gerado o crescimento de competências socioeconômicas.

A Feira Permanente vem acompanhada de uma demanda natural das pessoas por oferecer um espaço onde os feirantes expõe seus produtos, para um público maior. Portanto

esta modalidade de negociação contribui para o aumento da entrada de recursos. No entanto, verificou-se que existem desafios a serem vencidos pelos feirantes, sobretudo concernente a renda, visto que para alguns ainda não é suficiente para o sustento. Além disso, por vezes existe o conflito de ideias entre os membros, mas que acabam sendo resolvidos entre eles.

Os princípios da economia solidária servem para unir todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. Portanto o resultado natural “é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda” (SINGER, 2002, p. 10). Para a autogestão ser eficaz, é necessário que os sujeitos envolvidos no processo possam desenvolver a gestão colaborativa, a qual envolve processos organizativos e produtivos, além dos processos de formação e informação (GADOTTI, 2009, p. 18).

O segundo objetivo específico, buscou compreender os saberes e práticas formais e informais que ocorrem na Feira Permanente. Neste sentido, foi relatado por parte dos participantes da pesquisa que o crescimento e desenvolvimento das feiras ainda é limitado pela carência de conhecimento dos membros. Na abordagem de Sales, Rezende e Sette (2011, p. 3) o crescimento e desenvolvimento das feiras ainda é limitado pela carência de conhecimento, informação e recursos dos feirantes. Mas, na acepção de Brandão (2007, p. 7) a educação se desenvolve a todo momento onde haja pessoas construindo conhecimentos em interação e inter-relação.

Deste modo, portanto, a pouca escolaridade não poderia ser entendida como impedimento para a organização do espaço na feira, já que não é a escola único espaço de aprendizagem. Alusivo a este enfoque, Charlot (2001) destaca que no território em que as feiras estão inseridas, aprender torna-se uma atividade humana de engajamento e, nesta mesma direção, envolve processos e movimentos particulares, uma vez que são desenvolvidos por pessoas, suas histórias e trajetórias, estruturados por relações sociais, envolvendo, tanto o passado como presente e futuro. Deste modo deduz-se que a educação, está presente nas práticas das feiras, a partir de que estes sujeitos, em sua luta diária por melhores condições de vida, constroem e reconstroem saberes.

O espaço da feira contribui para uma interação com seus pares. Portanto a relação com o saber é buscar compreender como o sujeito apreende o mundo e, com isso, como se

constrói e transforma a si próprio. Neste sentido, compreender os saberes formais e informais que ocorrem no espaço da feira é buscar entender o processo sistemático do conhecimento além das instituições escolares.

A educação, faz-se presente nas práticas das feiras, a partir de que estes sujeitos, na luta diária por melhores condições de vida, constroem e reconstroem saberes.

A pandemia (Covid-19) afetou diretamente a maioria dos feirantes, uma vez que não poderiam vender seus produtos na Feira Permanente, devido o decreto de Isolamento Social. Para resolver em parte tal situação, o indicado seria comercializar os produtos de forma virtual, mas grande parte enfrentou dificuldades por não terem habilidades técnicas. Devido a esta dificuldade a TECSOL auxiliou os feirantes a obterem conhecimento e práticas mais efetivas no uso de ferramentas de Tecnologia da Informação, sendo a *internet* e a telefonia como a plataforma do *WhatsApp*, mais um instrumento de informação e formação dos feirantes pelo curso proposto.

A pesquisa desenvolvida sobre a Feira Permanente possibilitou entendimento e compreensão da importância da universidade de participar em projetos e programas de extensão, que levam para a comunidade externa saberes e conhecimentos como elencados no decorrer da pesquisa.

A organização das feiras urbanas, identifica-se com múltiplos fatores relacionados à capacidade local de incitar capital social para buscar possibilidades de desenvolvimento regulado por uma lógica menos dependente daquelas formas de produção intensivas em recursos de capital e de intensa presença regulatória estatal.

Por fim, as feiras continuam resistindo, de um lado há os feirantes que precisam sobreviver materialmente, por outro, aqueles que, resolvida a questão material, prezam pela sobrevivência sociocultural.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. P. N. C. **Fazendo a feira**: estudo das artes de dizer, nutrir e fazer etnomatemático de feirantes e fregueses da Feira Livre do Bairro Major Prates em Montes Claros – MG. f. 136 Dissertação (Mestrado) - Desenvolvimento Social do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS – Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. Monte Claros-MG, 2009.

- ANDRADE, M. C. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1995.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições, 2016.
- BRANDÃO, C. da F. **Estrutura e funcionamento do ensino**. São Paulo: Avercamp, 2007.
- CHARLOT, B. **Da relação com o saber**: elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.
- CHARLOT, B. A noção de relação com o saber: bases de apoios teóricos e fundamentos antropológicos. In: CHARLOT, Bernard (Org). **Os jovens e o saber, perspectivas mundiais**. Porto Alegre: Artmed, 2001, p. 15-31.
- CORRÊA, R. **Trajetórias geográficas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 2004.
- CROCCO, M. A.; GALINARI, R.; SANTOS, F.; LEMOS, M. B.; SIMÕES R. Metodologia de Identificação de arranjos produtivos locais potenciais. Texto para Discussão 212 - Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2003.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- FREIRE, P. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros inscritos. São Paulo: UNESP, 2000.co
- FREIRE, P. **Educação e mudança**. São Paulo: Paz e terra, 2014.
- GADOTTI, M. **A questão da educação formal/não-formal**. Sion (Suisse), 18 a 22outubro de 2005. Disponível em http://www.vdl.ufc.br/solar/aula_link/lquim/A_a_H/estrutura_pol_gest_educacional/aula_01/imagens/01/Educacao_Formal_Nao_Formal_2005.pdf. Acesso em: 10 jun.2020.
- GASPAR, M. **A educação formal e a educação informal em ciências (2014). Ciência e Público**. Disponível em <<https://edisciplinas.usp.br/>>. Acesso em: 10 jun.2020.
- GOHN, M. da G. **Protagonismo da sociedade civil**: Movimentos Sociais, ONGs e redes solidárias. São Paulo Cortês, 2008.
- GRIMM, I. J.; SAMPAIO, C. C.; PROCOPICK, M. Encadeamento ecossocioeconômico e gestão urbana: um estudo das feiras livres na cidade de Curitiba (PR). **Novos Cadernos NAEA**. v. 21, n. 1, jan./abr. 2018, p. 35-56.
- GOMES, E. B.; BUSATO, I. M. S. FERNANDES DE OLIVEIRA, M. M.; COVID-19 e a atuação da Organização Mundial da Saúde. Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde. Edição Especial: Covid-19, Jun./2020. Disponível em <http://www.seer.ufu.br/index.php/hygeia>

JEAN, B. Do desenvolvimento regional ao desenvolvimento territorial sustentável: rumo a um desenvolvimento territorial solidário para um bom desenvolvimento dos territórios rurais. In: VIEIRA, Paulo Freire et al. **Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil**. Florianópolis: APED; SECCO, 2010.

KLIKSBERG, B. **Falácias e mitos do desenvolvimento social**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2001

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, para quê**. São Paulo: Cortez, 2005.

LIBÂNEO, J. C. **Os significados da educação, modalidades de prática educativa e a organização do sistema educacional**. Disponível em <https://producao.ciar.ufg.br/ebooks/licenciatura-em-artes-visuais/modulo/1/cp005.html>. Acesso em: 07 jul. 2020.

LUCENA, T. I. N. de; CRUZ, D. da S. Lugares que educam: o aprendizado nas feiras livres. **Revista Interle-gere**, Natal, Rio Grande do Norte, n.8, jan./jun., 2011, p.1-13.

MARTINS, J. de S. (Org.). **Fronteira**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MASCARENHAS, G.; DOLZANI, M. C. Feira livre: territorialidade popular e cultura na metrópole contemporânea. **[Revista eletrônica]**, Ateliê Geográfico, Goiânia-GOv. 2, n. 2 ago. 2008 p. 72-87.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

ROLNIK, R. **A cidade e a Lei: Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. São Paulo: Studio Nobel; Fapesp, 1997.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo. Hucitec, 1991.

SANTOS, M. **A cidade e o urbano como espaço-tempo**. Cidade e história – modernização das cidades brasileiras nos Séculos XIX e XX. Salvador: UFBAF-MAU/MAU, 1992.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. São Paulo: Editora da Universidade, 2004.

SANTOS, M.; ELIAS, D. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. 6.ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

SILVA, V. V. da. **Abordagem sobre as políticas públicas e o planejamento urbano na cidade de SINOP-MT.** f. 124. Dissertação (Mestrado) – Geografia, Ambiente e Desenvolvimento Regional, Universidade federal de mato Grosso (MT).Cuiabá, 2014a.

SOUZA, M. L. O. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento.In: CASTRO, I. E., et al. **Geografia: Conceitos e Temas.** 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p. 77 -116.